

## Bolsa Família: avanços e limites. Entrevista especial com Lena Lavinias

Criado com o intuito de integrar e unificar ao Fome Zero um conjunto de antigos programas como o "Bolsa Escola", "Auxílio Gás" e o "Cartão Alimentação", nasceu, no início do governo Lula, o Bolsa Família. Prestes a completar sete anos, qual o saldo do programa? Afinal, ele é assistencialista? Essas foram questões levantadas durante a entrevista que a IHU On-Line fez, por telefone, com a professora Lena Lavinias. "O Brasil, finalmente, conseguiu instituir um sistema de cobertura ampliada em termos de segurança social para sua população que associa, ao mesmo tempo, benefícios de base contributiva, benefícios assistências para quem está em situação de risco extremo, e, também, o Sistema Único de Saúde", explicou.

Na entrevista, a economista analisa os impactos do Bolsa Família, reflete sobre o perfil das pessoas que recebem o benefício e defende: "não importa no que são gastos os recursos do programa. As duas avaliações do governo mostram que as pessoas gastam prioritariamente com alimentação. Mas essa é uma pergunta que nem precisamos fazer aos beneficiários". Ela ainda responde às questões sobre a Renda Básica de Cidadania, onde explica o projeto e fala das suas possíveis contribuições caso fosse implementado no Brasil.

Lena Lavinias é graduada em Economia pelo Institut d'Etudes pour le Développement Economique (França). É mestre e doutora em Estudos sobre a América Latina pelo Institut de Hautes Etudes d'Amérique Latine (França). Realizou o pós-doutorado no Centre de Sociologie Urbaine. É membro do comitê editorial do Feminist Economics (EUA) e professora da **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Entre seus livros estão Programas Sociais de Combate à Fome: o legado dos anos de estabilização econômica (Rio de Janeiro: Editora **UFRJ** - Ipea, 2004) e Emprego Feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho (Santiago do Chile: Cepal, 2002).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual é o balanço que se pode fazer desse programa social?

Lena Lavinias – Primeiro, é importante nós situarmos o Bolsa Família no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que foi criado no Brasil juntamente com o surgimento da Seguridade Social. O Brasil, finalmente, conseguiu instituir um sistema de cobertura ampliada em termos de segurança social para sua população que associa, ao mesmo tempo, benefícios de base contributiva, benefícios assistências para quem está em situação de risco extremo, e também o Sistema Único de Saúde. Embora o Bolsa Família apareça como um mecanismo que dá continuidade a um programa que exigia muita coisa, anteriormente, e conseguiu ampliar o número de beneficiados com transferência de renda, ele se transformou num pilar importante do Sistema Único de Assistência Social que ainda temos que consolidar, porque, a princípio ele é fundado como um **direito** em caso de necessidade, mas, na prática, e essa é uma das fraquezas do Bolsa Família, não atende a toda demanda.

Isso porque o Bolsa Família considera um universo de pessoas abaixo da linha da pobreza, cujo cálculo foi elaborado a partir do Censo de 2000. Por isso, na prática, a cobertura do Bolsa Família não garante que todos aqueles que têm necessidades sejam contemplados. Essa é a maior falha do programa.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, 50% das pessoas que vivem ainda abaixo da linha da pobreza de 140 reais por mês ainda não recebe qualquer benefício do governo. Se, por um lado, houve uma grande expansão do número de beneficiados do Bolsa Família, e isso é muito bom, a institucionalidade do Sistema Único de Assistência Social não está garantida na medida em que o **direito** a um benefício atendendo aos requisitos dos programa não é uma carta certa. Dentro Sistema Único de Assistência Social, o Bolsa Família é aquele que ganhou mais notoriedade, mas ele não é o único. Além dele, há o Banco de Dados do Cidadão (BDC). O grande problema é que eles têm linhas de pobreza distintas, assim como o valor dos benefícios.

Apesar de todas essas contradições e dificuldades, estamos avançando para termos um Sistema de Assistência Social que é integrado à lógica mais ampla do Sistema de Proteção Social e não a uma coisa que tínhamos nos anos 1980, marcado pela benevolência, uma atitude extremamente marginal e residual do Estado ligado à atuação das Primeiras Damas.

IHU On-Line – Muitos afirmam que se trata de um programa que se insere nas denominadas políticas sociais compensatórias, outros o chamam de programa assistencialista. Como a senhora define o Bolsa Família?

Lena Lavinias – Temos que entender que há um problema assistencial e isso não quer dizer que o programa seja assistencialista. Um programa assistencialista tem caráter clientelista, onde as pessoas recebem alguma coisa em troca de um apoio político ou outra coisa. O Bolsa Família rompe com essa lógica porque vem do governo federal, não é um benefício dado em nível municipal nem estadual. As pessoas preenchem um cadastro e, se forem selecionadas, serão contempladas. Não é um programa caracterizadamente assistencialista, mas é um programa assistencial, e isso não é um problema. Em todos os países do mundo, inclusive Suécia, Dinamarca, Noruega e França, existem programas assistenciais. Como deve ser o perfil desse tipo de programa? Eles devem ser políticas de grande cobertura, políticas de qualidade, políticas que não estigmatizam os beneficiários.

Por hora, o Bolsa Família é uma política com impacto relativamente pequeno. A redução da pobreza nos últimos anos no Brasil não se deve ao Bolsa Família, mas sim à retomada do crescimento e à criação de empregos, sobretudo na faixa de um a três salários mínimos. Temos que entender que políticas assistenciais são necessárias em todos os países do mundo.

IHU On-Line – Qual é o perfil de quem recebe o Bolsa Família?

Lena Lavinias – Quem recebe o Bolsa Família são pessoas que têm uma renda mensal abaixo dos 140 reais. Como é voltado para a frequência escolar da criança, está diretamente orientado para famílias com crianças. Como temos um benefício de prestação continuada que atende pessoas de mais de 65 anos de pobreza extrema com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo, essas pessoas idosas já estariam contempladas pelo BDC se vivessem em famílias miseráveis. O perfil que domina o Bolsa Família, portanto, é de famílias pobres com crianças em idade escolar.

IHU On-Line – Estudos realizados indicam no que é gasto os recursos do programa?

Lena Lavinias – Olha, não importa no que são gastos os recursos do programa. As duas avaliações do governo mostram que as pessoas gastam prioritariamente com alimentação. Mas essa é uma pergunta que nem precisamos fazer aos beneficiários, porque evidentemente quem tem uma renda mensal inferior a 140 reais, vai gastar majoritariamente com alimentos. Todos nós sabemos que, quanto menor a renda dos indivíduos, maior a proporção que eles gastam com alimentos. Ninguém precisa fazer estudo para saber disso. Uma pessoa rica que ganha dez mil reais por mês gasta muito menos, em proporção, com alimentos. Ainda assim, não importa com o que elas gastam. Quando damos dinheiro às pessoas, elas têm que ser capazes de escolher o que é melhor para elas. Pode ser que seja melhor comprar alimentos, mas também pode ser que se tenha gasto com um sapato para o filho poder ir à escola ou uma roupa para poder procurar emprego. Essa é a diferença das políticas públicas em relação à benevolência privada. Quando o governo quer escolher no lugar dos pobres, dá saúde e educação de graça. Elas recebem alguma coisa porque o Estado considera que aquilo é melhor para elas. Agora, se damos dinheiro, a escolha é da pessoa.

IHU On-Line – Como a senhora qualifica a proposta de Renda Básica de Cidadania? Que argumentos sociais e econômicos justificam a instituição deste tipo de transferência de renda?

Lena Lavinias – A Renda Básica de Cidadania não tem nada a ver com o Bolsa Família. A Renda Básica de Cidadania é uma transferência de renda garantida a todos os cidadãos membros de uma comunidade política partindo do pressuposto que o país tenha uma riqueza muito grande e que todos os indivíduos, por serem iguais, tenham **direito** a partilhar alguma coisa em comum. Por exemplo, a renda do pré-sal no Brasil. Descobrimos uma riqueza tão grande, que requer tecnologia, grandes investimentos públicos e que vai trazer receitas muito importantes. Podemos discutir se vale ou não a pena o Brasil decidir compartilhar a receita do pré-sal entre todos os brasileiros. A ideia da Renda Básica é que, independentemente do sexo, da idade, da religião e da renda que cada indivíduo tenha, se crie algo comum para todos, porque queremos que todos se sintam iguais na condição de cidadãos daquela comunidade política. Essa é uma política voltada para o **direito** de todos em compartilhar uma renda do país onde vive e do qual se contribui com seu trabalho para que este seja um país próspero. Uma política de Renda Básica, que ainda não existe no Brasil, evidentemente, não mudaria em nada as políticas de erradicação da

pobreza, porque são coisas distintas.

IHU On-Line – A Renda Básica de Cidadania tem algum impacto sobre o mundo do trabalho? Ela possibilita, por exemplo, melhores condições de trabalho ou a busca por melhores postos de trabalho?

Lena Lavinias – A Renda Básica de Cidadania não tem impacto sobre nada, a princípio. Isto, evidentemente, depende do valor do benefício. Temos que entender que não basta dar, é preciso estar dentro de um determinado valor que corresponde a alguma coisa para aquela sociedade. Para você ter uma ideia: no Alasca essa renda para cada indivíduo gira em torno de 2500 dólares por ano. É algo como 200 dólares por mês. O que isso significa? Significa que se uma pessoa recebe 200 dólares por mês, como um **direito**, se ela tiver um emprego precário, este pode não ser aceito porque a pessoa já tem uma renda mínima que lhe permite aumentar seu poder de barganha e dizer: “eu não vou fazer coisas, como trabalhar em carvoaria”, “não vou mais mandar meu filho para o trabalho”, “vou negociar melhores condições de trabalho”. Isso porque a pessoa consegue desmercantilizar parte da sua força de trabalho. Mas isso tudo depende do valor dessa renda, da relação homem/mulher, entre outros.

IHU On-Line – Quais as contribuições da Renda Básica de Cidadania sobre a distribuição de renda e, especialmente, na erradicação da pobreza?

Lena Lavinias – A distribuição de renda tende a melhorar por uma simples razão: na medida em que eu dou o mesmo valor para todo mundo, a distribuição não muda. Porém, as pessoas mais pobres têm famílias maiores e como a renda é calculada com base na renda familiar, vamos acabar diminuindo a desigualdade. Mas, na erradicação da pobreza, o impacto é muito grande. Porque, se garantirmos uma renda para todas as pessoas num mínimo de, por exemplo, 100 reais para todos, isso realmente permitiria que as pessoas que vivem em extrema pobreza tivessem condições de se organizar melhor e aproveitar outras oportunidades.